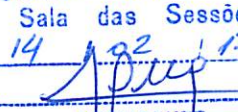




Despacho 27 DESPACHO Recebido nesta data Registre-se, autue-se. Inclua-se em Pauta. para os efeitos do artigo 132 do Regimento Interno. Sala das Sessões, 14/02/17  PRESIDENTE	Protocolo	PROJETO DE LEI Nº _____/2017.
Autor: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 16 /2017.		

PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE 2017.

Autor: Poder Executivo

Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ/MT e o sujeito passivo de tributos estaduais por meio do Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e nos termos desta lei.

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se:

I – domicílio tributário eletrônico: portal de serviços e comunicações eletrônicas realizadas por meio da rede mundial de computadores disponibilizado na página oficial da SEFAZ/MT;

II – meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

III – transmissão eletrônica: envio de mensagens à distância por meio da rede mundial de computadores;



IV – comunicação eletrônica: toda forma de comunicação efetuada via transmissão eletrônica;

V – assinatura eletrônica: aquela que possibilite a identificação inequívoca do signatário e utilize assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei federal específica;

VI – sujeito passivo: o sujeito eleito pela legislação para o cumprimento da obrigação tributária, podendo ser o próprio contribuinte ou terceiro responsável pelo cumprimento da obrigação tributária.

§ 2º Fica autorizado ao sujeito passivo outorgar poderes a terceiros para o acesso ao DT-e nos termos do regulamento.

Art. 2º A comunicação eletrônica possui as seguintes finalidades:

I – cientificar o sujeito passivo de atos administrativos;

II – encaminhar notificações e intimações;

III – expedir avisos em geral.

Art. 3º O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após o seu credenciamento na SEFAZ/MT nos termos do regulamento.

§ 1º Ao credenciado fica concedido o acesso ao sistema eletrônico da SEFAZ/MT, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

§ 2º O credenciamento e acesso ao DT-e serão efetuados mediante uso de assinatura eletrônica.

Art. 4º As comunicações quando realizadas por meio do DT-e, nos termos desta lei, ficam dispensadas da publicação no Diário Oficial do Estado ou do envio via postal.

§ 1º A comunicação feita na forma prevista no *caput* deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2º O acesso às comunicações registradas no DT-e é de exclusiva responsabilidade do credenciado.

§ 3º Considerar-se-á realizada a comunicação no prazo de 10 (dez) dias contados da data de envio da comunicação ao DT-e.



Art. 5º Considera-se original para todos os efeitos legais o documento eletrônico transmitido na forma estabelecida nesta lei com garantia de autoria, autenticidade e integridade.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e transmitidos na forma estabelecida nesta lei têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º Os originais dos documentos digitalizados, a que se refere o § 1º deste artigo, devem ser preservados pelo seu detentor durante o prazo decadencial previsto na legislação tributária.

Art. 6º No interesse da Administração Pública, a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação, observados os procedimentos, prazos e efeitos constantes nas legislações em vigor.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de de 2017, 196º da
Independência e 129º da República.


PEDRO TAQUES
Governador do Estado



MENSAGEM Nº 16, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhora Deputada,**

No exercício da competência estabelecida no artigo 42, da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a elevada honra de dirigir-me às Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o anexo projeto de lei que ***“Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e dá outras providências”***.

O presente projeto de lei institui um portal de serviços e comunicações, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, que servirá à comunicação eletrônica entre a SEFAZ e os contribuintes mato-grossenses com maior agilidade e segurança jurídica no relacionamento entre o fisco e o contribuinte.

Este portal de serviços prevê comunicações eletrônicas como informativos, avisos, notificações e intimações serão realizadas pelo módulo do DT-e denominado: Caixa Postal Eletrônica - CP-e, cujo acesso será restrito a contribuintes credenciados e seus representantes (sócios, contador e procuradores nomeados via procuração no DT-e) portadores de certificação digital de forma a garantir o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade das comunicações.

Tais comunicações possuem caráter oficial e serão enviados apenas conteúdos que tenham relação com o estabelecimento ou pessoa credenciada.

A comunicação feita pela Caixa Postal Eletrônica do DT-e será considerada pessoal para todos os efeitos legais, e o contribuinte tem a responsabilidade de acessar diariamente a Caixa Postal Eletrônica do DT-e.

A ciência será fixa em 10 dias do registro da notificação no DT-e. No 11º dia iniciar-se-á a contagem do prazo legal para pagamento ou contestação, beneficiando assim quem visualizar antecipadamente a notificação.

Dentre as vantagens do DT-e tanto para a administração pública quanto ao contribuinte destacam-se:

- segurança contra extravio de correspondência;
- comodidade ao contribuinte e garantia do recebimento das comunicações da SEFAZ a qualquer horário e lugar com acesso à internet;

- maior rapidez na entrega de informações aos contribuintes;
- garantia do sigilo fiscal;
- redução dos custos da administração tributária com impressões de documentos e envio de correspondências pelos Correios e ou publicação no Diário Oficial do Estado - DOE;
- preservação do meio ambiente com a redução do consumo de papel.

O DT-e já foi implantado pela Receita Federal do Brasil e em alguns estados. Em 2011 foi implantado no estado de São Paulo; em 2013 no Rio Grande do Sul, em Goiás, e no Paraná; em 2014 em Sergipe e no Amazonas; e em 2015 na Bahia.

Em Mato Grosso o projeto iniciou-se em julho de 2015 com a assinatura do Acordo de Resultados entre a Secretaria de Fazenda e o Governo do Estado de Mato Grosso, especificamente da medida nº 16: *"Elaborar projeto de Domicílio Tributário Eletrônico como forma de comunicação e intimação ao contribuinte"*, derivada da ação nº 4411: *"Melhoria na qualidade da relação jurídico tributária."*

Essa inovação visa potencializar a celeridade, a qualidade e a efetividade das comunicações entre a administração tributária e o sujeito passivo, facilitada pelas ferramentas de ambiente. Com isso reduzir-se-á a burocracia de forma a tornar as comunicações mais ágeis e seguras já que efetuadas com certificação digital.

Promoverá uma maior aproximação entre a secretaria de fazenda e os contribuintes em um ambiente digital seguro, eficiente, rápido e de baixo custo em relação os métodos tradicionais.

Diante das razões expostas, e por entender que a alteração proposta tem como escopo o atendimento do interesse maior, que é o interesse público, encaminho o presente projeto de lei à apreciação deste Parlamento, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para a conversão em lei.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, **08 de fevereiro** de 2017.

PEDRO TAQUES
Governador do Estado



OFÍCIO/GG/ 018 /2017-SAD.

Cuiabá, 08 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **JOSÉ EDUARDO BOTELHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador "Dante Martins de Oliveira"



Senhor Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a **MENSAGEM Nº 16 /2017**, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que **"*Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, e dá outras providências*".**

Atenciosamente,

PEDRO TAQUES
Governador do Estado